

CAPES *em Foco*

nº 2/2021

*Integração da
saúde e
biodiversidade*

*Modelo de
gestão
sustentável*

*Agricultura e
novas tecnologias
de educação*

*Novos programas
de doutorado*

**Incentivo para o
desenvolvimento
da pós-graduação
da Amazônia Legal**



/CAPES_Oficial



/CAPES_Oficial



/CAPESOficial



/capes_oficial



/CAPES_Oficial



/capes_oficial

SIGA-NOS PARA MAIS CONQUISTAS

Faça como mais de 560 mil fãs e seguidores:
Acompanhe a CAPES nas redes sociais e no *site*
do governo federal e conheça em primeira mão
as iniciativas, descobertas e conquistas da
ciência e da educação brasileiras, na pós-graduação
stricto sensu e na formação inicial e continuada de
professores da educação básica.

Vem com a gente!



Do tamanho do Brasil

*Com investimento e apoio do Ministério da Educação,
o trabalho da CAPES leva em conta a grandeza do nosso País*

Há 70 anos, a CAPES incentiva a pesquisa e a formação de recursos humanos de alto nível no Brasil. Braço fundamental do Ministério da Educação, a CAPES sempre busca enxergar o Brasil do tamanho que ele é. São cerca de 160 mil bolsistas na pós-graduação e na qualificação de professores da educação básica. Estudantes, pesquisadores e professores que estão em todas as regiões do País e no exterior e contribuem para o desenvolvimento da educação e da ciência brasileira.

Com investimento e apoio do Ministério da Educação, o trabalho da CAPES leva em conta a grandeza do nosso território. Por isso, vejo com grande satisfação a criação do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação Amazônia Legal, envolvendo todos os estados da região Norte mais o Maranhão e o Mato Grosso. Os objetivos dessa iniciativa são muito claros e promissores na geração de excelentes resultados. Tem como metas ajudar a desenvolver a pesquisa científica e a formação de pessoal de nível superior, diminuir as desigualdades regionais, criar novos núcleos de produção acadêmica e científica, e elevar o desempenho dos cursos de pós-graduação.

4

Vale destacar aqui o empenho de toda a equipe técnica da CAPES, que, com eficiência e dedicação, trabalha para que o programa ganhe vida, chegue aos pesquisadores e beneficie a população da região e, conseqüentemente, de todo o Brasil. E agradeço também o envolvimento e comprometimento de todas as instituições de ensino que ingressaram com afincos neste programa, contribuindo para o avanço da pós-graduação na Amazônia Legal e do crescimento socioeconômico de toda a região.

Tenho certeza que o nosso País ganhará com o desenvolvimento da pós-graduação na Amazônia Legal. É uma ação que poderá criar mais oportunidade para se conhecer a região, as suas riquezas e as suas potencialidades. Dar mais chances para que os pesquisadores façam os seus trabalhos e se fixem na região, contribuindo também para a elevação dos níveis de desempenho da graduação e da educação básica. Desejo sucesso à CAPES em mais essa missão de elevar o Brasil ao patamar de excelência.

*Milton Ribeiro,
ministro da Educação*

Diversos olhares da Amazônia

Ação estratégica reforça e beneficia a pós-graduação de uma região, com 772 municípios, que corresponde a 59% do território nacional

O alcance de uma sociedade mais justa e solidária, com a superação de desigualdades regionais, depende de todos nós. Mas a pesquisa deve ser protagonista desta transformação. O desenvolvimento igualitário das regiões brasileiras impacta diretamente na vida das pessoas que nelas vivem. Foi com esse objetivo que a CAPES lançou e já está executando o Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) Amazônia Legal, para fortalecer a pesquisa e a formação de recursos humanos.

O programa valoriza os diversos olhares da Amazônia e foi elaborado a partir das necessidades apontadas pelas 27 instituições participantes desta iniciativa. É uma ação estratégica que reforça e beneficia a pós-graduação de uma região, com 772 municípios, que corresponde a 59% do território nacional. Esse PDPG oferta 488 bolsas para os 67 projetos, com o investimento R\$627,2 mil em cada um deles.

Os projetos abarcam oito temáticas: Biotecnologia, Biodiversidade, Conservação e Recuperação Ambiental, Saúde Pública, Doenças Tropicais e Tecnologias para o Trabalho em Saúde, Combate e Prevenção Voltados ao Enfrentamento de Epidemias, Engenharias, Tecnologia de Informação e Comunicação, Clima, Energia e Recursos Hídricos, Produção Animal e Vegetal Sustentável, e Diversidade Sociocultural, Sustentabilidade e Atividades Socioeconômicas. O programa se caracteriza por ter um olhar diferenciado para a região, com áreas estratégicas escolhidas pelos próprios representantes da pós-graduação dos estados envolvidos.

E são as ideias desse conjunto de projetos que dão cara à nova edição da revista CAPES EM FOCO. As 26 matérias evidenciam as metas peculiares de cada instituição participante. Vão desde o modelo de gestão sustentável e expansão da pós-graduação a projetos de saúde, educação e energia, passando pela fixação de pesquisadores na região, empreendedorismo, incentivo à bioeconomia e formação de professores. Desejo a todos uma boa leitura!

*Cláudia Queda de Toledo,
presidente da CAPES*

Sumário

<i>Do tamanho do Brasil</i>	<i>4</i>
<i>Diversos olhares da Amazônia</i>	<i>5</i>
<i>Rede de colaboração para qualificação e pesquisa</i>	<i>8</i>
<i>Agricultura e novas tecnologias de educação</i>	<i>10</i>
<i>Combate a doenças parasitárias e infecciosas</i>	<i>12</i>
<i>Modelo de gestão sustentável para a Amazônia.....</i>	<i>14</i>
<i>Interação entre COVID-19 e arboviroses.....</i>	<i>16</i>
<i>Meta é abrir novos programas de doutorado</i>	<i>18</i>
<i>Projeto reúne saúde, biodiversidade e energia.....</i>	<i>20</i>
<i>Museu do Pará integra projetos pelo desenvolvimento regional</i>	<i>22</i>
<i>Fixar doutores no oeste do Pará</i>	<i>24</i>
<i>Pesquisadores estudam Amazônia maranhense.....</i>	<i>26</i>
<i>Instituto investiga doenças virais e mercúrio no ar</i>	<i>28</i>
<i>Incentivar empreendimentos agroalimentares</i>	<i>30</i>
<i>Universidade do Amazonas incentiva a bioeconomia.....</i>	<i>34</i>
<i>Saúde e educação indígena.....</i>	<i>36</i>
<i>Telessaúde e formação de professores</i>	<i>38</i>
<i>Inovação e sustentabilidade em Rondônia.....</i>	<i>40</i>
<i>Piscicultura: uma nova fonte econômica</i>	<i>42</i>
<i>Educação sanitária e formação de dentistas</i>	<i>44</i>
<i>Integração da saúde e biodiversidade.....</i>	<i>46</i>
<i>Pós-graduação quer melhorar qualidade de vida no Acre</i>	<i>48</i>
<i>Projeto quer criar observatório da costa paraense</i>	<i>50</i>
<i>Clima e agricultura são chave para o desenvolvimento</i>	<i>52</i>
<i>Sustentabilidade na cadeia produtiva de Mato Grosso</i>	<i>54</i>
<i>Ciências e matemática aproximam estados</i>	<i>56</i>
<i>Diversidade cultural e agricultura sustentável.....</i>	<i>58</i>
<i>Química e Engenharias em favor do Maranhão</i>	<i>60</i>

Expediente

Presidente da República

Jair Bolsonaro

Ministro da Educação

Milton Ribeiro

Presidente da CAPES

Cláudia Mansani Queda de Toledo

Diretora de Programas e Bolsas no País

Zena Martins

Diretora de Relações Internacionais

Livia Pelli Palumbo

Diretor de Educação Básica

Carlos Lenuzza

Diretor de Avaliação

Flávio Camargo

Diretor de Gestão

Anderson Lozi

Diretor de Tecnologia da Informação

Milton Sampaio

Assessora de Comunicação Social

Thaís Mesquita Cantanhêde

Coordenador de Comunicação Social

Edson Moraes

Pauta

João Luiz Mendes

Edição

Cláudia Guerreiro

Reportagem

Fernanda Mourão, Gabriela Matos, Guilherme Pêra
e Leandro Marshall

Fotografia

Naiara Demarco

Diagramação e projeto gráfico

Miguel Araújo da Cunha

Pedro Lucas de Freitas Silva

Coordenação de Comunicação Social CAPES


www.gov.br/capes


comunicação@capes.gov.br

(61) 2022- 6210


Redes sociais da CAPES

 <https://www.facebook.com/CAPESOficial/>

 https://twitter.com/CAPES_Oficial

 https://www.instagram.com/capes_oficial/

 <https://www.linkedin.com/company/capes-oficial>

 <https://www.youtube.com/c/CAPESOficial>

*A reprodução das notícias
é autorizada desde que contenha
a assinatura CCS/CAPES*

<https://www.youtube.com/watch?v=HgIDfceVvI8>



Rede de colaboração para qualificação e pesquisa

O plano da Ufra envolve seis programas de pós-graduação e pretende transferir os conhecimentos gerados para a sociedade

A Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra) apresentou à CAPES um plano com três propostas para a consolidação de seis programas de pós-graduação (PPGs). A instituição pretende formar uma rede de colaboração pelo Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) Amazônia Legal. O objetivo é transferir para a sociedade os conhecimentos gerados e contribuir com o desenvolvimento local e sustentável da Amazônia e do Brasil.

Chamado de ‘Consolida-UFRA’ o plano prevê o uso de novas tecnologias para formar pessoal qualificado. Isso inclui a produção de conhecimentos “para o incremento da cadeia produtiva da agropecuária e aquicultura de peixes amazônicos”, explica Maria de Nazaré Maciel, pró-reitora de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Pós-Graduação da instituição.



Um dos projetos tem foco nos PPGs Reprodução Animal na Amazônia e Saúde e Produção Animal na Amazônia como estratégia para mitigar impactos ambientais do desmatamento na Região. Maria de Nazaré diz que a intenção é criar um modelo de gestão sustentável para o agronegócio regional. Isto se daria na área da Mesorregião do Nordeste Paraense, que, ao contrário de outras regiões do estado, enfrenta sérias desigualdades sociais.

Outra proposta envolve os programas de Ciências Florestais e Produção Animal na Amazônia. Aqui o estudo se dará em propriedades locais que englobem, simultaneamente, a produção vegetal, animal e a conservação florestal. Já a terceira trabalha com os PPGs Biotecnologia Aplicada à Agropecuária e Aquicultura e Recursos Aquáticos Tropicais. De acordo com a pró-reitora, estas áreas “precisam ampliar sua infraestrutura para conseguirem se consolidar, buscando o fortalecimento das suas linhas de biotecnologia animal e aquicultura”.

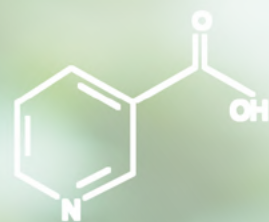
Maria de Nazaré acredita que o incentivo da CAPES ao Consolida-UFRA vai ajudar a qualificação dos professores dos PPGs envolvidos, bem como as ações de pesquisa na UFRA e na Amazônia Legal. Para ela, o trabalho influirá direta e indiretamente no desenvolvimento socioeconômico da região. Do seu ponto de vista, a Fundação tem sido decisiva, também, para os êxitos alcançados pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) na região Amazônica, “tanto no que diz respeito à consolidação, como na construção das mudanças que o avanço do conhecimento e as demandas da sociedade exigem”.

Agricultura e novas tecnologias de educação

IFMT participa com dois cursos de pós-graduação: Química e Ensino

O Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) teve dois projetos aprovados no edital do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) Amazônia Legal, da CAPES: o Curso de Química Tecnológica e Ambiental e o Curso de Ensino. Este último trata da área geral das tecnologias e das pedagogias da Educação. A instituição já prepara a seleção dos primeiros bolsistas participantes.

O Programa de Pós-Graduação (PPG) em Química Tecnológica e Ambiental, coordenado pela professora Elaine Arruda Oliveira Coringa, é o mais novo curso *stricto sensu* da instituição. Em março foi aberta a seleção para a sua segunda turma de mestrado profissional, cujo foco será o monitoramento ambiental. “A região Norte é conhecida por desenvolver uma agricultura extensiva, onde há muita demanda por pesticidas. Nossa meta é o estudo e o monitoramento de longo prazo para buscarmos formas de mitigação dos efeitos destes produtos sobre nosso Estado”, explica a coordenadora.



Já o PPG em Ensino, coordenado pelo professor Epaminondas de Matos Magalhães, é voltado ao estudo e aplicação das novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) no processo pedagógico. Em sua percepção, a pandemia de COVID-19 provocará mudanças no processo de ensino-aprendizagem e as TICs terão papel decisivo neste processo.

“Temos a sensação de que, assim que acabar esta crise sanitária, o processo educacional não voltará ao seu modelo antigo, tradicional. Acreditamos que o futuro passará pela adoção do sistema híbrido ou por um sistema remoto total”, explica Epaminondas.

Por esta razão, ressalta o professor, os alunos de mestrado deverão fazer uma ponte entre as TICs já existentes e as futuras TICs utilizadas no cenário pós-pandemia. “Vamos desenvolver pesquisas de modo intensivo, com publicações de artigos, capítulos ou livros, além de ampliar a estrutura de nossos laboratórios, para já nos prepararmos para a nova realidade da educação”, conclui.



Combate a doenças parasitárias e infecciosas

Fiocruz atuará com iniciativas científicas nas áreas da saúde e biologia que atendem necessidades locais, regionais e nacionais

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) é uma das 27 instituições participantes do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) Amazônia Legal. Suas pesquisas, voltadas à promoção da saúde a partir de uma perspectiva sanitária e ao desenvolvimento social na região, serão conduzidas pelo Instituto Leônidas e Maria Deane (ILMD), braço da Fiocruz sediado em Manaus. O projeto selecionado pelo edital da CAPES aponta para trabalhos relacionados à biologia parasitária e infecciosa.





Maria Cristina Guilam, coordenadora-geral de Educação da Fiocruz, explica que essa é uma linha de ação preparada para gerar e difundir conhecimento científico e tecnológico, de modo a reduzir as desigualdades sociais no País. “Nossa diretriz permanente está centrada na preocupação com os aspectos sociais das comunidades locais, regionais e nacionais. A partir deste pilar, iremos atuar com toda energia na região Norte, que apresenta significativos índices de vulnerabilidade e de pobreza”, observa.

13

De acordo com a coordenadora, a estratégia da instituição será associar seu trabalho ao de instituições e fundações locais, de modo a “articular e acelerar uma rede consistente de pesquisa em saúde coletiva”. Guilam explica ainda que existem apenas sete instituições de pesquisa em saúde sediadas na região. Por isso será fundamental uma atuação conjunta para enfrentar e sanear os problemas de saúde da população que habita a Amazônia Legal. “Esta é uma iniciativa excelente para o fortalecimento das pesquisas. Queremos não somente multiplicar nossos estudos científicos como também incrementar quadros de pesquisadores na região”, conclui.

<https://www.youtube.com/watch?v=IGHQCsf8-w>



Modelo de gestão sustentável para a Amazônia

Sistematização de técnicas modernas de gestão nos setores público e privado e inserção social estão entre as propostas da Unama

Inovações em Gestão e Sustentabilidade na Amazônia. Essa é a proposta de um dos três projetos da Universidade da Amazônia (Unama) selecionado pelo Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) Amazônia Legal da CAPES.

O projeto da instituição paraense pretende ajudar na consolidação do Programa de Pós-graduação em Administração (PPAD) a partir de modelos inovadores e sustentáveis de administração e gestão de organizações públicas e privadas.

O programa contará com o apoio do PPG em Direitos Fundamentais (PPGDF /Unama), que tem desenvolvido estudos sobre a gestão democrática de cidades. Este modelo inclui a participação da população, de associações e todos os setores, além do uso de inteligência artificial para a melhoria da prestação de serviços básicos como saúde, educação, moradia e transporte.



Ana Vasconcelos, pró-reitora de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão da Unama, fala sobre os seis eixos que serão priorizados. “Dois eixos, público e privado, se complementam no terceiro eixo, focado no estabelecimento de relações entre os conceitos e experiências de inovações em gestão e sustentabilidade identificadas”, explica.

“Os eixos subsequentes são operacionais e direcionados à atualização de competências e reprodução da inovação”, afirma a pró-reitora. Um dos objetivos do projeto é incentivar os setores locais a adotarem a perspectiva de organizações inovadoras sustentáveis.

Neste sentido, será criado o Laboratório de Inovação em Gestão e Sustentabilidade (LIGS-Amazônia), uma base de dados com conteúdo, informações e ideias de projetos modernos e sustentáveis sobre expansão do espaço urbano. O projeto propõe ainda a criação de *software* de inteligência artificial, denominado Jurisdição 4.0, para mapear os processos que tratam dos direitos fundamentais – saúde, educação, moradia, transporte – na justiça comum do estado do Pará.

Outra proposta da Unama é promover o desenvolvimento urbano e sustentável da região Amazônica. O trabalho tem como objetivo ajudar a consolidação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano (PPDMU) da universidade a partir de melhorias das ações desenvolvidas pelos especialistas em sustentabilidade urbana e ambiental, políticas públicas e qualidade de vida da região. Para isso será criado o Laboratório Virtual de Modelagem e Análise Socioambiental Urbanas (Laurb), que apoiará as pesquisas focadas nas relações bilaterais de causa e efeito entre a ação do homem e suas consequências diretas e indiretas no meio ambiente.

O Programa busca a integração dos PPGs da região priorizando três eixos de inovação e consolidação como ferramenta para o desenvolvimento. O primeiro deles, a Inserção Social e Regional, fortalecerá a importância do programa para sociedade, tanto na formação de profissionais quanto no enfrentamento dos desafios locais e regionais do desenvolvimento urbano e ambiental.

O segundo eixo, Parcerias e Cooperações, está ligado à necessidade de estabelecer e ampliar a integração e cooperação com demais PPGs da região amazônica, e promover a aproximação com instituições e órgãos da gestão das cidades amazônicas e de seus serviços públicos.

Por fim, o terceiro trata da Disseminação do Conhecimento e Visibilidade. Sua finalidade é a melhoria das práticas de divulgação do conhecimento produzido considerando indicadores de produção bibliográfica, mas também a organização de eventos que promovam a integração de programas da Região Amazônica e auxiliem o êxito dos eixos anteriores.

Interação entre COVID-19 e arboviroses

Pesquisa da Ceuma quer avaliar em escalas para determinar quais fatores configuram maior vulnerabilidade às populações

Um grupo de pesquisadores do Maranhão se propõe a avaliar a interação entre a COVID-19 e arboviroses, ou seja, doenças virais transmitidas por mosquitos, como dengue, zika e chikungunya. O estudo é de professores da Universidade Ceuma, em São Luís, e foi selecionado no Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) Amazônia Legal.

O projeto vai avaliar essa interação em diferentes escalas — indivíduo, cidade e região —, determinando quais atributos, ambientais ou individuais, representam maior risco às populações. Quatro programas de pós-graduação (PPGs) da universidade, que tinham projetos separados, juntaram forças para realizar o estudo. São eles Biologia Microbiana, Meio Ambiente, Gestão de Programas e Serviços em Saúde e Odontologia.

“Os resultados obtidos permitirão aprofundar o conhecimento sobre o comportamento imunológico de populações em função do coronavírus, bem como subsidiarão a gestão pública no enfrentamento de eventos epidemiológicos simultâneos de COVID-19 e arboviroses”, diz Ceci Nunes Carvalho, coordenadora de Pesquisa da Universidade Ceuma.



Luís Cláudio Nascimento, coordenador do PPG em Biologia Microbiana da Ceuma, explica que será feita uma análise retrospectiva para determinar possíveis casos de coinfeção entre COVID-19 e as arboviroses. O estudo também inclui triagens sorológicas, para determinar quais pacientes diagnosticados com a COVID-19 já haviam sido infectados por algum arbovírus. “Determinados esses grupos, avaliaremos a resposta imunológica desses indivíduos em amostras de sangue e de saliva”, afirma.

As escalas vão desde o olhar microscópico, em laboratório, até o de satélites. Essa parte será liderada por Fabrício Brito Silva, pró-reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da Universidade. “Outra questão em aberto é se diferentes populações possuem diferentes comportamentos epidemiológicos frente à ocorrência simultânea de doenças como arboviroses e COVID-19”, observa. “Dados epidemiológicos e dados ambientais, bem como técnicas de geoprocessamento, serão utilizados para a avaliação de padrões espaciais de desenvolvimento epidemiológico das arboviroses e COVID-19”, continua.

O projeto está em fase de implementação de bolsas de mestrado e doutorado. Há, portanto, um longo caminho a trilhar. Mas o planejamento já existe. “Esses resultados, em conjunto, permitirão elucidar questões imunológicas relacionadas à COVID-19, bem como o aprimoramento de políticas públicas adequadas para minimizar a vulnerabilidade da população amazônica”, afirma Rita de Cássia Miranda, coordenadora-adjunta do PPG em Meio Ambiente da Universidade Ceuma.

17

Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=1XBtGz9c-IQ>



Meta é abrir novos programas de doutorado

Três linhas de pesquisa e cinco cursos da UFT integram o projeto que visa elevar as notas do mestrado na avaliação da CAPES

A Universidade Federal do Tocantins (UFT) participa do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) na Amazônia Legal com três linhas de pesquisa e cinco cursos de pós-graduação envolvidos, quatro deles com nível de mestrado e um com doutorado. A meta, entretanto, é chegar ao final do PDPG, programa desenvolvido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com a elevação do conceito nos cursos de mestrado para o nível 4. Com isso a instituição poderá abrir quatro novos cursos de doutorado.



“O financiamento da CAPES chegou em um momento muito propício, pois ele nos permitirá atender cursos de pós-graduação com maior potencial de crescimento. Com os recursos, queremos abrir quatro novos programas de doutorado na universidade, o que irá viabilizar o desenvolvimento econômico e social da região”, explica Raphael Pimenta, pró-reitor de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação da UFT, responsável pela coordenação do projeto.

Os cursos de mestrado integrantes do PDPG estão nas áreas de Ciências Florestais e Ambientais, Biotecnologia, Ciências de Alimentos e Ciências da Saúde. O curso de doutorado, um dos sete existentes na UFT, fica na área de Produção Animal Tropical. Raphael Pimenta explica que à medida em que os quatro cursos de mestrado consigam alcançar a nota 4, a UFT poderá pedir autorização para abrir cursos de doutorado. Além disso, a instituição quer que o programa de doutorado atinja o conceito 5, na CAPES.

De acordo com o pró-reitor, cada linha de pesquisa receberá um aporte financeiro de R\$ 200 mil, assim como bolsas de pesquisa para mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos. O PDPG está previsto para ser executado ao longo dos próximos quatro anos.



<https://www.youtube.com/watch?v=WHljm5GDLQ4>



Projeto reúne saúde, biodiversidade e energia

Plano da UFMA envolve 12 programas de pós-graduação para promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental



A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) preparou um plano que envolve 12 programas de pós-graduação (PPGs) com notas 3 e 4 em áreas estratégicas, como Biodiversidade, Energia e Saúde. São três projetos envolvidos na iniciativa, selecionada no Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) Amazônia Legal.

A instituição pretende promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da Amazônia Legal. O Maranhão é o único estado do Nordeste que compõe a região. As metas citadas pela UFMA incluem aumento do número mestres, doutores e pesquisadores em estágio pós-doutoral, fixação de pesquisadores nas áreas de interesse do projeto e incremento das parcerias nacionais e internacionais.

Fernando Carvalho Silva, pró-reitor da Agência de Inovação, Empreendedorismo, Pesquisa, Pós-Graduação e Internacionalização da UFMA, diz que o programa da CAPES vai ao encontro da linha de ações adotadas pela Universidade. “O edital complementa o Proquali (Programa de Qualidade da Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação da UFMA), no qual damos apoio para melhorar os PPGs. O Programa fortalece ainda mais nossa proposta dentro da instituição”, afirma.

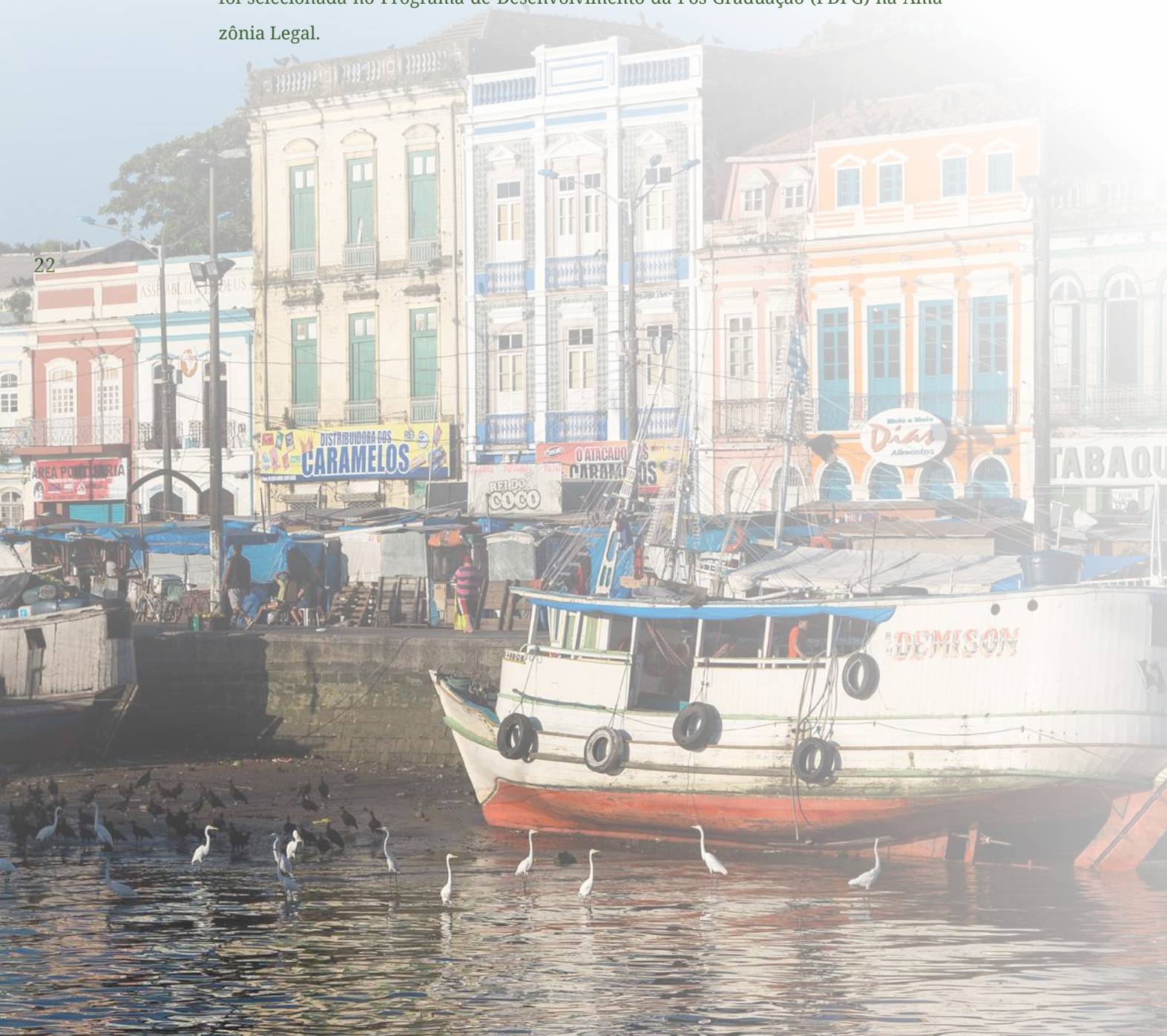
Compõem o plano da UFMA os PPGs em Biodiversidade e Conservação, Ciência da Computação, Ciência da Saúde, Ciências Sociais, Cultura e Sociedade, Desenvolvimento Socioeconômico, Energia e Ambiente, Engenharia Elétrica, Odontologia, Química, Saúde do Adulto e Saúde e Ambiente.



Museu do Pará integra projetos pelo desenvolvimento regional

Planos do Emílio Goeldi englobam estudos biológicos, culturais e históricos

O plano de desenvolvimento da pós-graduação do Museu Paraense Emílio Goeldi, instituição com mais de 150 anos, localizada em Belém (PA), engloba estudos de diversos aspectos da Amazônia, entre os quais biológicos, culturais e históricos. Três programas de pós-graduação (PPGs), cada qual com um projeto, integram os trabalhos. A iniciativa foi selecionada no Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) na Amazônia Legal.



Ely Simone Gurgel, coordenadora de Pesquisa e Pós-Graduação do Museu, explica o objetivo do plano. “A nossa principal perspectiva é contribuir com o desenvolvimento regional, a partir de estudos fundamentais ou aplicados e formando recursos humanos qualificados para atuar na região”, conta.

A pesquisadora é responsável por administrar todas as ações no projeto, como cumprimento e acompanhamento de prazos e implementação das bolsas. Estão envolvidos pesquisadores de PPGs em Biodiversidade e Evolução, Ciências Biológicas e Diversidade Sociocultural.

Ely Simone destaca que alguns bolsistas devem voltar suas atenções para a Floresta Nacional de Caxiuanã (Flona), área de conservação no estado do Pará. “De acordo com o plano de manejo da Flona, mais de metade da área foi destinada à exploração madeireira. Para o Museu, é importante documentar as mudanças trazidas pelo manejo e, se necessário, propor medidas para mitigar os efeitos”, explica.

Três projetos, um para cada PPG, compõem o Plano de Desenvolvimento da Pós-Graduação do Museu: Dinâmicas históricas e contemporâneas da diversidade sociocultural na Amazônia, Sistemática, evolução e dinâmicas da biodiversidade na Amazônia Brasileira e Estudos integrados da biodiversidade vegetal para conservação e manejo da Amazônia.

23

Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=gFAKqAneWHA>



Fixar doutores no oeste do Pará

Projeto da Ufopa concentra ações no tripé saúde, biodiversidade e biotecnologia

A Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) teve projeto que envolve biotecnologia, biodiversidade e saúde selecionado no Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) na Amazônia Legal. As três áreas serão integradas a partir da pesquisa e formação de recursos humanos. Cinco programas de pós-graduação (PPGs) compõem a iniciativa da instituição paraense: Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (doutorado), Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (mestrado), Ciências da Saúde (mestrado), Biociências (mestrado) e Biodiversidade e Biotecnologia da Rede Bio-norte (polo Santarém-Ufopa, doutorado).





“Nossos principais focos com o PDPG na Amazônia Legal são o aumento das notas dos PPGs e a fixação de um número maior de doutores. O objetivo é melhorar a qualidade da pesquisa na região”, explicou Lenise Vargas Flôres da Silva, pró-reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica da Ufopa.

A proposta envolve, por um lado, pesquisa e desenvolvimento de bioprodutos amazônicos usando ferramentas biotecnológicas no apoio à agropecuária sustentável. Com isso pretende-se fortalecer o crescimento socioeconômico das comunidades do Oeste do Pará. É aqui que entra a vertente da Biotecnologia. Em outro ponto, será investigado o uso sustentável da biodiversidade para melhorar a qualidade de vida na região. Por fim, haverá o estabelecimento do PPG em Ciências da Saúde, criado em 2018 e com potencial para pesquisar doenças epidemiológicas.

Ao comentar a iniciativa da CAPES, Lenise falou sobre os programas estratégicos induzidos. “A aplicação direcionada dos recursos pode fortalecer centros frágeis. Vemos com muito bons olhos esse tipo de iniciativa, em especial um programa específico para a região amazônica, com normas ajustadas de acordo com a própria demanda”, disse. E destacou o diálogo: “O fórum de pró-reitores pôde contribuir com várias solicitações.”

Criada em 2009, a Ufopa é uma instituição de ensino superior situada fora das capitais da Região Norte. A Universidade fica em Santarém, terceira maior cidade paraense, que abriga o encontro das águas dos rios Amazonas e Tapajós. Um total de 465 alunos integra os 16 programas de pós-graduação, entre novos e avaliados com notas 3 ou 4.

25

https://www.youtube.com/watch?v=_ncQsjCXn4o



Pesquisadores estudam Amazônia maranhense

*Uema atuará em duas linhas de pesquisa:
Produção vegetal e biodiversidade, e Conservação e recuperação ambiental*

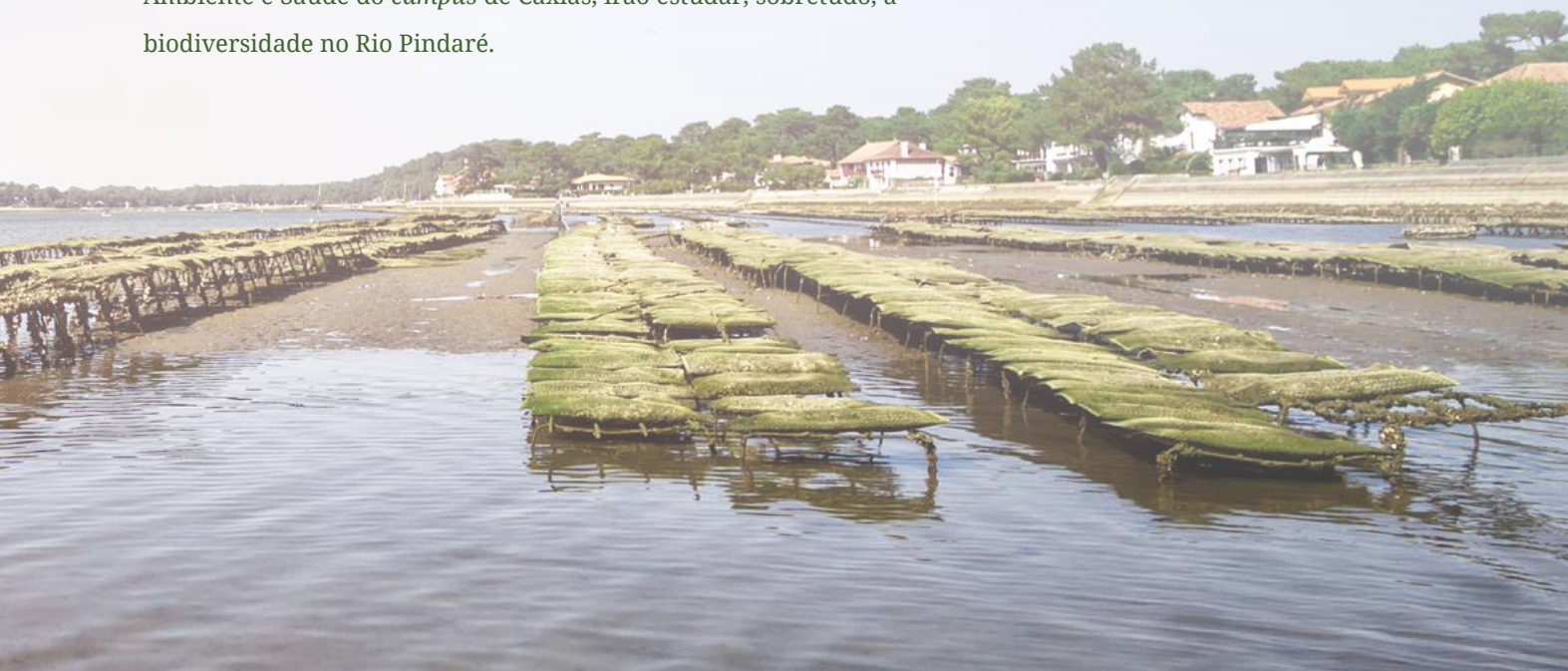
As palavras de Rita de Maria Seabra Nogueira, pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual do Maranhão (Uema), sintetizam a motivação de toda a instituição com a oportunidade de participar do PDPG Amazônia Legal: “Participar do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação - Amazônia Legal da CAPES será muito valioso porque não só envolverá seis programas de pós-graduação como também possibilitará a interação de ações dentro da própria instituição”. Esta é uma iniciativa da CAPES que vai estimular a pós-graduação em universidades da região.



A pró-reitora destaca a possibilidade de unir esforços de pesquisa. Do seu ponto de vista, isso permitirá o estudo de diferentes aspectos relacionados ao manejo de agrossistemas no trópico úmido, além de monitoramento da biodiversidade como indicadora de integridade ambiental, “e interação entre sociedade, ambiente e saúde da Amazônia Legal em nossa região”.

A Uema envolverá seis dos seus 17 programas de pós-graduação no desenvolvimento de pesquisas em duas grandes linhas: Produção vegetal e Biodiversidade, conservação e recuperação ambiental. Nelas trabalharão professores, mestrandos, doutorandos e doutores em estágio de pós-doutoramento, muitos com bolsas da CAPES. “Consideramos essa uma excelente oportunidade com impacto positivo para os programas rumo à consolidação”, destaca Rita Nogueira.

Participarão diretamente do trabalho o PPG em Agroecologia, *campus* São Luís, e o PPG em Agricultura e Ambiente, *campus* Balsas. Neles serão estudados manejo de plantas e culturas e agroecologia e ambiente, em parceria com a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e Universidade Federal do Pará (UFPA). Os PPG de Ciência Animal e de Recursos Aquáticos e Pesca, ambos no *campus* São Luís, trabalharão em investigações sobre moluscos na costa amazônica maranhense. Por fim, os PPGs de Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, *campus* São Luís, e o PPG de Biodiversidade, Ambiente e Saúde do *campus* de Caxias, irão estudar, sobretudo, a biodiversidade no Rio Pindaré.



Instituto investiga doenças virais e mercúrio no ar

Projeto do Instituto Evandro Chagas, do Pará, quer entender contaminação para melhorar a qualidade de vida da população

Evitar novas epidemias, diminuir os efeitos da contaminação do ar e melhorar a qualidade de vida da população. Estes são alguns dos objetivos do projeto do Instituto Evandro Chagas (IEC), do Pará, selecionado no Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) na Amazônia Legal. Virose emergentes no estado nortista e a quantidade de mercúrio no município de Cachoeira do Piriá (PA) são os alvos dos estudos.

O Programa de Pós-Graduação em Virologia (PPGV) da instituição buscará entender os aspectos clínicos e epidemiológicos de vírus circulantes no Pará. A pesquisa também envolve a possibilidade de criar ferramentas de diagnóstico para situações de emergência. Aqui, há uma ideia impulsionada pela pandemia da COVID-19, de combater agentes virais em um mundo marcado por crescimento populacional desordenado, condições precárias de saneamento, intenso tráfego aéreo e derrubada de florestas.

Por outro lado, o Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia e Vigilância em Saúde (PPGEVS) fará um plano para diminuir os impactos da contaminação do ar por mercúrio a fim de melhorar a qualidade de vida da população de Cachoeira do Piriá (PA). Entre as ações previstas estão o oferecimento de oficinas educativas sobre saúde e meio ambiente para a população local e a disseminação do conhecimento por meio de materiais educativos.

Walter Souza Santos, condutor do Núcleo de Ensino e Pós-Graduação do IEC, afirma que a instituição espera um aumento das notas dos programas, atualmente na faixa de 3 (PPGEVS) e 4 (PPGV). E explica um possível uso prático dos resultados: “A produção científica decorrente dessas pesquisas poderá servir como base para a tomada de decisão pelos gestores públicos de saúde no enfrentamento dos principais agravos”.

Criado em 1936, o Instituto Evandro Chagas é um órgão de pesquisa vinculado à Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde. Ali são desenvolvidos estudos nas áreas de ciências biológicas, meio-ambiente e medicina tropical, além da atuação em diversas instâncias da saúde pública.



Incentivar empreendimentos agroalimentares

Projeto do IFPA quer levar desenvolvimento sustentável, econômico e social para a região

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) é uma das instituições participantes do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) na Amazônia Legal. O projeto apresentado à CAPES prevê o crescimento sustentável, econômico e social, da região. Segundo a coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, Maria Regina Sarkis Peixoto Joele, o projeto vai oferecer apoio ao setor produtivo e conta com duas linhas de pesquisa: uma na área de gestão de empreendimentos agroalimentares e outra voltada à dinâmica e manejo de agroecossistemas.





“Nós trabalhamos com associações e cooperativas. O objetivo é que o setor produtivo possa criar condições e capacidade de gerenciamento próprio. Então, nossa proposta é organizar a parte de gestão dessas cooperativas e apoiar o desenvolvimento rural sustentável com capacidade de produção de acordo com os conceitos da agroecologia”, explica Joele.

De acordo com a coordenadora, o projeto, além de formar profissionais altamente qualificados para atender as demandas locais, contribuirá para o desenvolvimento rural sustentável, com base em sistemas integrados de produção agropecuária, extrativista e agroindustrial voltados para as demandas sociais e empresariais da Amazônia. “Precisamos dar esse retorno para o segmento. Desenvolvemos cartilhas de boas práticas, cadernos técnicos, patentes de novos produtos e *softwares* para otimizar as produções”, conta Regina.

Atualmente, o programa conta com quatro turmas de mestrado em andamento e o curso de doutorado, já aprovado pela CAPES, aguarda a publicação da portaria do Ministério da Educação (MEC) para a sua implementação. A expectativa é de que a primeira turma de doutorandos tenha início no segundo semestre deste ano.

31

<https://www.youtube.com/watch?v=rzJes587vdQ>





PORTAL DE PERIÓDICOS:

A MAIOR BASE DE APOIO À

PESQUISA CIENTÍFICA DO BRASIL.



Há 20 anos, o Portal de Periódicos da CAPES é a maior base de apoio à pesquisa do Brasil. Destinado a oferecer às pesquisadoras e pesquisadores brasileiros o melhor da produção científica internacional, o Portal atende demandas dos setores acadêmico, produtivo e governamental, em regime de colaboração. Seu acervo oferece mais de 49 mil títulos, acessados por estudantes de mais de 400 instituições de ensino superior. Mais uma iniciativa da CAPES e do Ministério da Educação para fortalecer a produção científica nacional, no Brasil e no exterior.



Disponível no
Google Play

Disponível na
App Store

Universidade do Amazonas incentiva a bioeconomia

*Este é o foco da UEA, que pretende formar
e fixar profissionais qualificados na área de Biotecnologia*

Biotecnologia e Humanidades. Essas são duas áreas consideradas estratégicas pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e foco do projeto da instituição, apoiado pelo Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) na Amazônia Legal. A ação irá consolidar o Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia e Recursos Naturais da Amazônia.



*A proposta tem o objetivo de formar e fixar
profissionais qualificados na área de Biotecnologia
para atuarem em empresas de bioeconomia. O
trabalho vai ao encontro da “intenção do governo do
Estado do Amazonas de viabilizar a criação de um
novo polo industrial, atraindo empresas que operem
com produtos oriundos da biodiversidade da região”,
explica Maria Paula Mourão, pró-reitora de Pesquisa e
Pós-Graduação da UEA.*

Em Humanidades, o projeto vai unir os PPGs Interdisciplinar em Ciências Humanas, em Direito Ambiental e em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos, “para atuarem de forma integrada, a partir das experiências prévias de projetos de pesquisa aplicadas na Amazônia”, conta Mourão. Sua execução será delimitada a dois territórios no Amazonas: Alto e Médio Solimões e Alto e Baixo Rio Negro e Região Metropolitana de Manaus.

Maria Paula Mourão acredita que o apoio da CAPES aos PPGs da região Norte é fundamental para “garantir a continuidade na formação de mão de obra qualificada na região, que possui o menor número de doutores do País”. A pesquisadora conclui contando que o edital permitiu a reunião de PPGs “que atuam em linhas de pesquisa convergentes, estimulando a interação entre os pesquisadores dos diferentes programas”.



Saúde e educação indígena

Uepa fará análises e estudos da diversidade sociocultural e das práticas educativas desenvolvidas nas tribos

Os indígenas Surui que vivem em Marabá (PA), assim como outras etnias que se encontram em Belém (PA) e comunidades ribeirinhas da Ilha do Combu, no mesmo estado, serão beneficiados com os investimentos feitos pela CAPES. O Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação - Amazônia Legal desenvolvido na Universidade Estadual do Pará (Uepa) vai operar três grandes linhas de ação. Durante os próximos quatro anos, pesquisadores, doutorandos e mestrandos de cinco cursos de pós-graduação vão trabalhar com a qualidade da saúde destas populações e na melhoria da formação escolar.

O foco da instituição será a investigação *in loco* sobre o 'Bem Viver dos Povos Indígenas', além de análises e estudos sobre a sua diversidade sociocultural, as condições de saúde e as práticas educativas desenvolvidas nas tribos.



“Mais uma vez, a CAPES mostra sua sensibilidade em investir em universidades do norte do País, viabilizando o desenvolvimento de programas de pós-graduação de maneira associada ao estímulo do desenvolvimento da qualidade de vida dos povos que habitam nossa região”, observa o pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Uepa, Renato Teixeira.

Associando os esforços dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Educação Escolar Indígena, pesquisadores poderão analisar e orientar professores indígenas no aperfeiçoamento de suas metodologias de ensino e suas teorias de aprendizagem para a própria população. “Queremos estudar e fomentar uma espécie de pedagogia especial e específica para as populações indígenas”, explica o pró-reitor. Por outro lado, os Programas de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e em Geografia permitirão investigar as condições sanitárias existentes na mesorregião do Marajó. Neste contexto estão incluídos os estudos dos modos de agricultura convencional e familiar, depósitos de lixo e qualidade do solo, entre outros aspectos.

Paralelamente, os membros do Programa de Pós-Graduação em Biologia Parasitária da Amazônia deverão se concentrar em estudar os efeitos da COVID-19 em toda a população. “A gente percebeu que parece existir um tipo de síndrome pós-COVID-19. Mesmo curadas, as pessoas não se sentem bem, com saúde plena. Por isso, vamos focar esta pesquisa em reabilitação, envolvendo a fisioterapia e a terapia ocupacional”, explica Teixeira.



Telessaúde e formação de professores

Pesquisas desenvolvidas pela Ufam mobilizarão oito cursos de pós-graduação

A participação da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) no Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) – Amazônia Legal, terá duas linhas principais de ação: a telessaúde e a formação e qualificação de professores. O projeto envolverá oito programas de pós-graduação. O grande desafio será fazer a travessia de longas distâncias, em sua maioria por vias fluviais, para alcançar as regiões mais longínquas do maior estado do País.



“A partir das ferramentas disponíveis em telessaúde e telemedicina, estamos criando ações concretas para salvar vidas no Amazonas. A pandemia não vai nos deter. Vamos reduzir distâncias, conhecer e trabalhar com novas populações e usar todos os instrumentos possíveis oferecidos pela tecnologia para contribuir, da melhor maneira possível, com a saúde do povo do nosso estado”, pontua a pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Ufam, Selma Baçal.



A dirigente explica que as ações em saúde mobilizarão quatro programas de pós-graduação da instituição. O primeiro é o de Imunologia Básica e Aplicada, que possui mestrado e doutorado já consolidados. Os outros três serão os de Ciências da Saúde, Ciências Farmacêuticas e o Mestrado Profissional em Cirurgia, todos em nível de mestrado.

De maneira paralela, quatro outros programas de pós-graduação da Universidade serão envolvidos em projetos e ações voltados à formação e à qualificação de professores. São cursos de História e de Geografia, ambos com doutorado e mestrado, e os de Sociedade e Cultura na Amazônia e Ensino de Ciências da Humanidade. Estes últimos, com mestrados. “Nossa ideia é trabalhar com professores e educadores do nível superior, mas também com colegas da educação básica, para fortalecer e qualificar, de maneira geral, o ensino de geografia, história e humanidades em nosso estado”, completa Baçal.

<https://www.youtube.com/watch?v=DanTjFfAzIo>



Inovação e sustentabilidade em Rondônia

*Oito novos programas da Unir são voltados
à conservação e ao uso de recursos naturais e inovação*

A Universidade Federal de Rondônia (Unir) abriu novos programas de pós-graduação. São oito especializações *stricto sensu* nas áreas de conservação e uso de recursos naturais, e inovação para o desenvolvimento socioeconômico-ambiental e sustentável da região. A instituição, participante do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) na Amazônia Legal, criou projetos que envolvem três linhas de pesquisa.



O primeiro trata do desenvolvimento socioeconômico-ambiental, território e sustentabilidade no sul da Amazônia. Nele são oferecidos cursos de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente e Geografia. Ambos conferem títulos de doutor e mestre. Além disso, há também o mestrado em Administração.

A saúde única nas áreas de igarapés urbanos e periurbanos de Porto Velho, a partir da estruturação de uma rede de pesquisas integrada de saúde animal, ambiental e humana é tema da segunda linha oferecida. Nesta proposta serão consolidados os cursos de Biologia Experimental, Biodiversidade e Biotecnologia, todos com mestrado e doutorado. Neste grupo está ainda o mestrado em Conservação e Uso de Recursos Naturais.

O último, denominado Sistemas Integrados de Produção e Bioeconomia da Biodiversidade Amazônica, propõe a inovação para o desenvolvimento sustentável. Aqui há o envolvimento de dois programas: um em Agroecossistema Amazônico e outro em Ciências Ambientais, ambos mestrados.

As propostas, além de serem estratégicas para a formação de pessoal qualificado, visam a fixação de doutores para o desenvolvimento de pesquisas na região amazônica.



“Todas passam pelo viés ambiental. Elas são de extrema importância para a atender às especificidades da região”, pontua Maria Madalena de Aguiar Cavalcante, diretora de Pós-Graduação da Unir. Ela explica que os editais são muito importantes para a produção acadêmica, por meio do compartilhamento dos resultados dos projetos. “A ação é de extrema contribuição não apenas para a Amazônia, mas para a ciência brasileira”, finaliza.

Piscicultura: uma nova fonte econômica

Sediada em Manaus, Universidade Nilton Lins acredita que atividade é uma das áreas mais promissoras da Amazônia

A Universidade Nilton Lins, uma instituição privada sediada em Manaus, mobilizará alunos e professores do Programa de Pós-Graduação em Aquicultura para desenvolver um sistema sustentável de alta produtividade. A tecnologia de bioflocos (BFT) ajudará a incentivar a criação de espécies nativas de peixes amazônicos. O projeto foi selecionado pela CAPES para participar do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDGP) na Amazônia Legal.

Formados por um composto de partículas de microalgas e bactérias, os bioflocos são usados na criação de peixes em tanques para captar as impurezas da água, como fezes, micro-organismos e restos de ração. A tecnologia limpa o ambiente aquático e torna possível seu reuso e aproveitamento de forma muito mais durável do que no sistema convencional. Desse modo, o BFT aumenta a produtividade geral do criatório e facilita todo o processo de criação de peixes.



Elizabeth Gusmão, coordenadora do projeto, explica que o Amazonas é um estado importador de pescado, apesar de ser o maior consumidor per capita de peixe no Brasil: “produzimos muito pouco do que é consumido aqui. Por isso, vamos concentrar nossos esforços, viabilizados graças a este estímulo da CAPES”. Melhorar a produção aquícola, os processos para novas rações, a reprodução e larvicultura de espécies de peixes nativos da Amazônia produzidos em sistema BFT são os objetivos.



Segundo a pesquisadora, ainda existe muita resistência no estado à introdução de uma piscicultura profissionalizada. “Muitos produtores não adotam as chamadas Boas Práticas de Manejo, o que dificulta o avanço da atividade”. A piscicultura pode ser uma alternativa importante para o desenvolvimento do Amazonas que hoje é focado, basicamente, no Polo Industrial de Manaus – PIM.

No projeto BFT duas espécies serão estudadas, o tambaqui e o matrinxã, ambas de grande importância para a piscicultura regional e nacional. A tecnologia vem sendo aplicada em vários países como uma estratégia sustentável de produção aquícola. Ela aumenta a produtividade e diminui o impacto ambiental inerente à atividade, “podendo contribuir ainda com o desenvolvimento da aquicultura em benefício do pequeno ao grande produtor da Amazônia”, explica Elizabeth Gusmão.

Os planos crescem com o estímulo da CAPES. Cleuciliz Santana, pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade UniNilton, acredita que a instituição poderá lançar, ao final do projeto, um pacote tecnológico para produção de peixes nativos em sistema BFT. Inicialmente pensado para o Amazonas, este poderá ser replicado e implantado em qualquer parte do Norte do País. “Queremos estimular, ao mesmo tempo, a profissionalização, a qualidade, a excelência, a ciência de alto nível e a competitividade na área de aquicultura”, encerra.

Educação sanitária e formação de dentistas

Ações da Unic incluem educação sanitária em comunidade indígena e formação de cirurgiões-dentistas

A saúde da população local é o principal foco da Universidade de Cuiabá (Unic) no Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) na Amazônia Legal. O projeto da instituição abrange educação sanitária em comunidade indígena, a inclusão de mais cirurgiões-dentistas nos hospitais de Mato Grosso e a avaliação dos impactos ambientais em áreas de Cerrado com uso de queimada prescrita, também conhecida como fogo controlado. Os programas de pós-graduação (PPGs) em Ambiente e Saúde e em Ciências concentrarão as ações no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães.

Serão investigados os efeitos dos poluentes causados ao meio ambiente e à qualidade de vida das pessoas em comunidades próximas às queimadas. As ações incluem comparações entre áreas sem queima, com queima recente e com queima mais antiga, bem como testes respiratórios em pessoas que moram por perto. “Espera-se que os resultados dessa pesquisa possam vir a ser utilizados para indicar as modificações que ocorrem no ambiente e na saúde humana”, diz Cristhiane Almeida Leite, coordenadora do PPG em Ambiente e Saúde da Unic. O PPG em Biociência Animal, por sua vez, estuda a ocorrência de parasitas em animais domésticos e silvestres criados em comunidades indígenas. Vigilância epidemiológica de raiva nos bichos, campanhas de vacinação antirrábica e contra a brucelose e palestras sobre educação sanitária compõem as ações. Marcelo Diniz dos Santos, coordenador da área, explica que com isso pretende-se “estabelecer um polo de desenvolvimento tecnológico multiplicador de competências, apto para atuação na Saúde Única, além de criar oportunidades para que mestres e doutores possam se fixar em Mato Grosso e no Centro-Oeste como um todo”.

Por fim, o PPG em Ciências Odontológicas quer dispor das parcerias entre a Universidade e os hospitais da região para unir o atendimento assistencial já existente à capacitação de cirurgiões dentistas. “Nossa missão de formação de mestres e doutores incentiva a qualificação na área aumentando a participação de todos os envolvidos nessas unidades de saúde”, afirma Alexandre Meireles Borba, coordenador do PPG em Ciências Odontológicas da instituição.



Integração da saúde e biodiversidade

São seis programas da Unifap reunidos para desenvolvimento de medicamentos e conservação ambiental

A Universidade Federal do Amapá (Unifap), selecionada no Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação na Amazônia Legal, aposta na integração das áreas da saúde, biodiversidade e diversidade sociocultural para consolidar sua pós-graduação. São seis programas e três eixos de pesquisa.

Integram o eixo de saúde pública, doenças tropicais e tecnologia para o trabalho em saúde os programas de Ciências da Saúde e Ciências Farmacêuticas. Além da formação de pessoal, as pesquisas serão direcionadas ao desenvolvimento de medicamentos e bioprodutos para doenças tropicais como a malária, febre amarela e dengue.

No campo da biodiversidade, conservação e recuperação ambiental são oferecidas especializações *stricto sensu* em Biodiversidade Tropical e Ciências Ambientais.





“Esses dois programas atuam com pesquisas na área ambiental, desde a caracterização da biodiversidade existente na nossa região, gestão, conservação e uso sustentável da biodiversidade, até estudos de impactos ambientais, entre outros”, explica Fernando Antônio de Medeiros, diretor da Pós-graduação da Unifap.

Segundo Fernando, o terceiro eixo está relacionado à diversidade sociocultural, sustentabilidade e atividade socioeconômica. Aqui se encaixam os Programas de Educação e o de Desenvolvimento Regional, que formarão pessoal qualificado, além de apresentar estudos socioeconômicos para a região do Amapá e da Amazônia Legal, tendo como meta a educação para o desenvolvimento regional.

Pós-graduação quer melhorar qualidade de vida no Acre

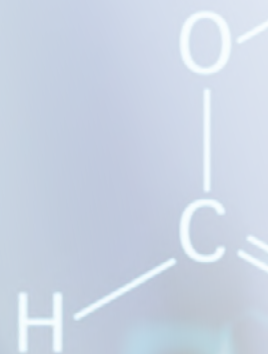
Ufac pretende influenciar na saúde pública e no meio ambiente do estado

Nove programas de pós-graduação (PPGs) compõem o projeto da Universidade Federal do Acre (Ufac) aprovado no Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação na Amazônia Legal. A instituição tenta, a partir de cada um deles, melhorar a saúde pública e o meio ambiente acreano.

A atuação da Ufac no programa da CAPES está coordenada com o Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024 da universidade. Nele, a instituição pretende melhorar a formação de mestres e doutores, consolidar e aumentar o conceito dos cursos, bem como sua inserção social. Além disso, tem ainda a meta de incrementar sua produção científica, abrindo um caminho para a internacionalização da pós-graduação.

“As nossas propostas foram embasadas nos estudos de autoavaliação e planejamento estratégico já realizados pelos programas de pós-graduação, levando em consideração a necessária modificação de meios e processos que permitam aumento da qualidade dos cursos de mestrado e doutorado”, explica Margarida Carvalho, pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Ufac.

Três propostas compõem o projeto. Uma é na área de Biodiversidade, Conservação e Recuperação Ambiental, outra na de Produção Animal e Vegetal Sustentável e outra na de Saúde Pública, Doenças Tropicais e Tecnologias para o Trabalho em Saúde. Cada uma delas com três PPGs. O plano para a execução foi fixado em 60 meses e a maior parte das atividades será iniciada nos dois primeiros anos, continuando ao longo de todo o período.



B

49

<https://www.youtube.com/watch?v=wD102qbVf7U>



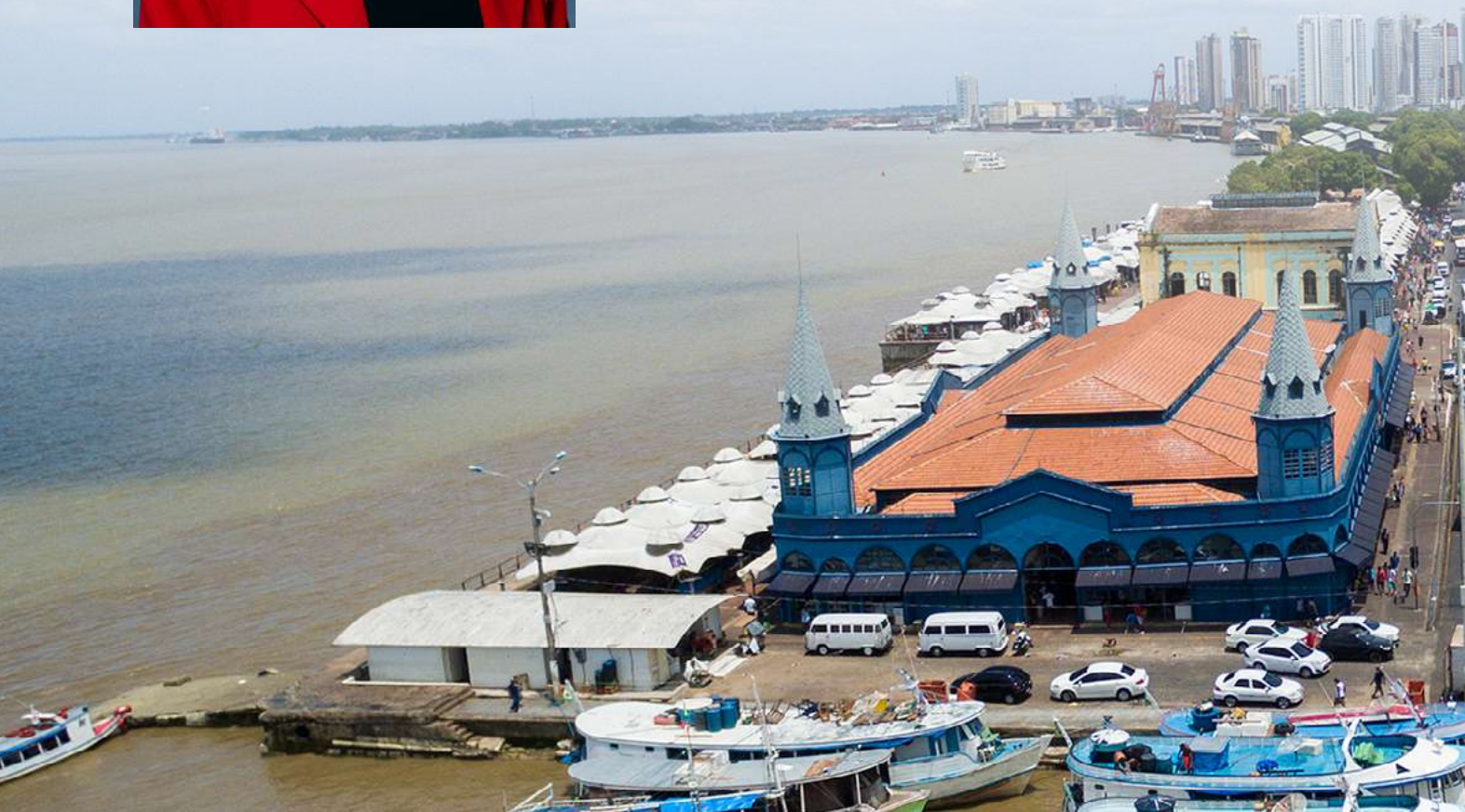
Projeto quer criar observatório da costa paraense

UFPA produzirá informações e análises geográficas para ações públicas de base sustentável

O Observatório da Gestão Costeira do Estado do Pará é um dos projetos da Universidade Federal do Pará (UFPA), aprovados no Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) na Amazônia Legal. O trabalho, desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação (PPG) em Geografia da UFPA, produzirá informações e análises geográficas para ações públicas de base sustentável.



Maria Iracilda Sampaio, pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade, conta que a zona costeira amazônica vem sofrendo grande impacto decorrente de mudanças climáticas. Estes efeitos são percebidos, entre outros, pelo aumento gradativo do nível dos oceanos e da magnitude das marés. Ela explica que essas alterações estão “causando erosões e destruição de habitats, afetando as populações da região”.



O Observatório será um espaço acadêmico e institucional que, com o apoio da CAPES, formará um grupo de pesquisa socioambiental, focado na atual política de gerenciamento costeiro do Pará. Conforme explicou Marcia Aparecida Pimentel, coordenadora do projeto, o trabalho criará uma base de dados socioeconômicos, ambientais e legais. Além disso, irá diagnosticar impactos socioambientais e conflitos territoriais e acompanhará projetos, ações e políticas públicas.

A zona costeira do Pará abrange 47 municípios e, segundo a coordenadora, as produções técnicas e científicas vão embasar os gestores locais na tomada de decisão sobre planejamento ambiental e uso dos recursos naturais. Ela acredita que essa aproximação da academia com a gestão pública ambiental vai possibilitar a absorção dos profissionais em formação pelo PPG.

51

An aerial photograph of a city street, likely in Belém, Pará. The street is lined with various buildings, including a prominent yellow building with arched windows. A QR code is visible in the bottom right corner of the image. The street is busy with traffic, including cars, buses, and motorcycles. The background shows a dense urban landscape with many high-rise buildings.

<https://www.youtube.com/watch?v=eJte9B7Ez90>



Clima e agricultura são chave para o desenvolvimento

*O plano do Inpa pretende ampliar
a formação de pessoal qualificado e a produção científica*

O Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa/MCTI) aposta em programas de pós-graduação em botânica, clima e ambiente, e agricultura sustentável para contribuir com o desenvolvimento da região amazônica. O Inpa foi uma das instituições selecionadas no Programa de Desenvolvimento da Amazônia Legal. O plano apresentado à CAPES quer aumentar a formação de pessoal qualificado na Amazônia, a produção científica e o estímulo às redes de cooperação.



Os programas envolvem três eixos de pesquisa. O primeiro trata da biodiversidade e conservação da Amazônia e acontece no Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas. É aqui que a botânica entra. Beatriz Ronchi Teles, coordenadora de Capacitação do Inpa, explica que o programa vai criar e capacitar pesquisadores para que possam identificar as espécies botânicas da região.



No segundo eixo, o Programa de Pós-Graduação em Clima e Ambiente (PPG-CLiamb) pretende integrar estratégias de pesquisa, desenvolvimento e inovação na modelagem climática e hidrológica na Amazônia. "Este programa vai avaliar a dinâmica geológica da bacia amazônica e avaliar os impactos da emissão de CO2", pontua Beatriz.

O terceiro eixo é direcionado ao desenvolvimento agrícola sustentável da região, a partir do Programa de Pós-Graduação em Agricultura no Trópico Úmido (PPG-ATU). O que se quer é “capacitar e transferir práticas sustentáveis aos produtores do Estado do Amazonas para a melhoria da produção animal e vegetal”, diz a coordenadora. O estudo inclui ainda a prospecção de microrganismos capazes de produzir moléculas de interesse agrotecnológico ou “com potencial para o desenvolvimento de bioprodutos aplicados na produção animal e vegetal”, encerra Beatriz.

<https://www.youtube.com/watch?v=wgxwZB3iYMI>



Sustentabilidade na cadeia produtiva de Mato Grosso

UFMT estuda solo, bacias hidrográficas, biodiversidade e produção animal e vegetal

Monitorar e modelar a flora e a fauna de rios e matas de galeria, no sul da Amazônia, observando como são modificadas por atividades humanas e uso do solo. Este é um dos projetos desenvolvidos pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), selecionados no Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) na Amazônia Legal da CAPES.



As atividades da proposta, que envolve profissionais com diferentes formações, acontecerão em áreas de grande expansão da fronteira agrícola no norte do Mato Grosso. “Uma das mais ricas em biodiversidade, por estar na zona ecotonal, entre o Cerrado e a Amazônia”, explica Jackson Resende, pró-reitor de Pós-Graduação da UFMT.

Jackson conta que os resultados da pesquisa poderão subsidiar métodos e práticas sustentáveis para a região e futuras avaliações em áreas expostas à expansão do setor agropecuário.

Paralelamente haverá um trabalho de recuperação e remediação em áreas degradadas, envolvendo organismos aquáticos e de solo. Para Resende, o que torna sua proposta inédita é a possibilidade de “criação de protocolos de ação conjunta, para maximizar o alcance de dados de bioindicação e implantar biomonitoramento”.

Esse trabalho vai integrar ações dos programas de pós-graduação (PPGs) em Ciências Ambientais, Zoologia e Ecologia e Conservação da Biodiversidade. Além da aplicação científica, deve formar profissionais qualificados para se fixarem na região, promovendo o desenvolvimento local a partir de parcerias público-privadas.

Produção animal e vegetal renováveis

Na segunda proposta da UFMT, os pesquisadores da área de Agrárias querem melhorar a produção animal e vegetal sustentável no bioma Amazônia. Uma das linhas da pesquisa analisa o uso de biochar – biomassa de origem vegetal que, quando aquecida em condições específicas, torna-se rica em carbono. Esse produto pode ser usado como condicionador do solo e fertilizante, ajudando na recuperação de pastagens degradadas e na produção de mudas frutíferas.

A outra vertente do trabalho avalia subprodutos do etanol feito a partir do milho. Segundo Resende, o Mato Grosso é o principal produtor desse tipo de álcool, que melhora o funcionamento das usinas de bioenergia. Ele explica que esse processo industrial gera grãos destilados que têm grande potencial de uso em alimentação de aves, suínos e bovinos: “Uma linha ainda incipiente no Brasil, essa pesquisa pode resultar na diminuição de impacto ambiental da pecuária, com a redução da emissão de metano por ruminantes”.

Nesse projeto atuarão pesquisadores dos PPGs em Ciência Animal, Agricultura Tropical, Zootecnia, Agronomia e Engenharia Agrícola. O pró-reitor destaca que a ação da CAPES no desenvolvimento de Programas inseridos em áreas estratégicas como a Amazônia, “consolida ainda mais sua posição institucional no avanço da pós-graduação”.

<https://www.youtube.com/watch?v=jIRg-wDtQ5M>



Ciências e matemática aproximam estados

Unifesspa coordena projeto com programas do Maranhão e do Tocantins para pensar a complexidade da região

Pensar as complexidades regionais por meio de ciências e matemática a partir da atuação conjunta de programas de pós-graduação (PPGs) de instituições de três estados. Essa é uma das possibilidades previstas no projeto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) aprovado no Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) na Amazônia Legal.

Os PPGs envolvidos são Educação em Ciências e Matemática, da Unifesspa, Ensino de Ciências e Matemática, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), e Ensino de Ciências e Matemática, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Eles formam a Rede de Educação Científica e Matemática (Recima) e criam um plano voltado para a educação desde a base.

“Essa junção de forças é uma abordagem integrada para atender demandas da educação básica em Ciências e Matemática. A atuação central é multi e interdisciplinar”, explica Gilmara Regina Lima Feio, pró-reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica da Unifesspa.

57

As propostas da Unifesspa aprovadas pela CAPES incluem, ainda, pesquisas voltadas para o estudo do potencial biotecnológico de recursos naturais da Amazônia. O objetivo é fortalecer e consolidar o PPG em Química e estudar as diversidades socioculturais, territoriais e linguísticas dos povos da região. Nessa última, os PPGs em Letras e em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia trabalham em conjunto.

Os quatro programas de pós-graduação da Unifesspa, protagonistas das propostas, são avaliados com nota 3 pela CAPES e são exclusivamente de mestrado. O objetivo é desenvolvê-los, com a formação de pessoal qualificado para a região.

<https://www.youtube.com/watch?v=GYAATqPSzvc>



Diversidade cultural e agricultura sustentável

O plano Unemat pretende contribuir para formulação de políticas públicas e crescimento econômico da região

Da diversidade cultural à sustentação econômica em comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e assentamentos rurais. Estes são os temas de um dos projetos apresentados pela Universidade do Estado do Mato Grosso (Unemat) selecionados no Programa de Desenvolvimento da Amazônia Legal.

A instituição pretende investigar a diversidade sociocultural do Mato Grosso a partir dos Programas de Pós-Graduação em Estudos Literários, Educação e Geografia. O objetivo é gerar conhecimento sobre os processos educacionais, culturais e modos de vida e sobrevivência de diferentes populações locais. A Unemat espera contribuir para o redimensionamento das políticas públicas da região, em especial das comunidades envolvidas.



A segunda diretriz envolve os programas de pós-graduação em Ciências Ambientais e Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola. Anderson Fernandes de Miranda, pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da universidade, explica que as duas vertentes se unem para entender as complexas relações das atividades agropecuárias no Estado, considerando a conservação dos biomas, os serviços ecossistêmicos e as variações climáticas.

Por fim, a conservação da biodiversidade à biotecnologia pretende fortalecer o uso sustentável da terra em Mato Grosso.



59

“Esta proposta relaciona os programas de Pós-Graduação stricto sensu em Genética e Melhoramento de Plantas, Ecologia e Conservação e Biodiversidade e Agroecossistemas Amazônicos”, esclarece Anderson.

Além disso os programas envolvem a confecção de produtos biotecnológicos, a formação de pessoal qualificado e a melhoria de políticas públicas para conciliação do desenvolvimento com a conservação da biodiversidade.

<https://www.youtube.com/watch?v=GIYFhbflpec>



Química e Engenharias em favor do Maranhão

O plano do IFMA propõe uma série de atividades inovadoras, como a produção de bioenergia e novas técnicas de monitoramento de águas

Química, Energia e Recursos Hídricos são a temática do projeto elaborado pelo Programa de Pós-Graduação (PPG) em Química, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). O trabalho será executado com o apoio do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDGP) na Amazônia Legal.

O plano propõe uma série de atividades inovadoras, como a execução de tecnologias de captura e armazenamento de gás carbônico (CO_2), produção de bioenergia a partir de biomassa e novas técnicas para avaliação e monitoramento de águas e biocombustíveis. Além disso, novos materiais para catalisação ambiental e tratamento de rejeitos industriais e urbanos também serão desenvolvidos.





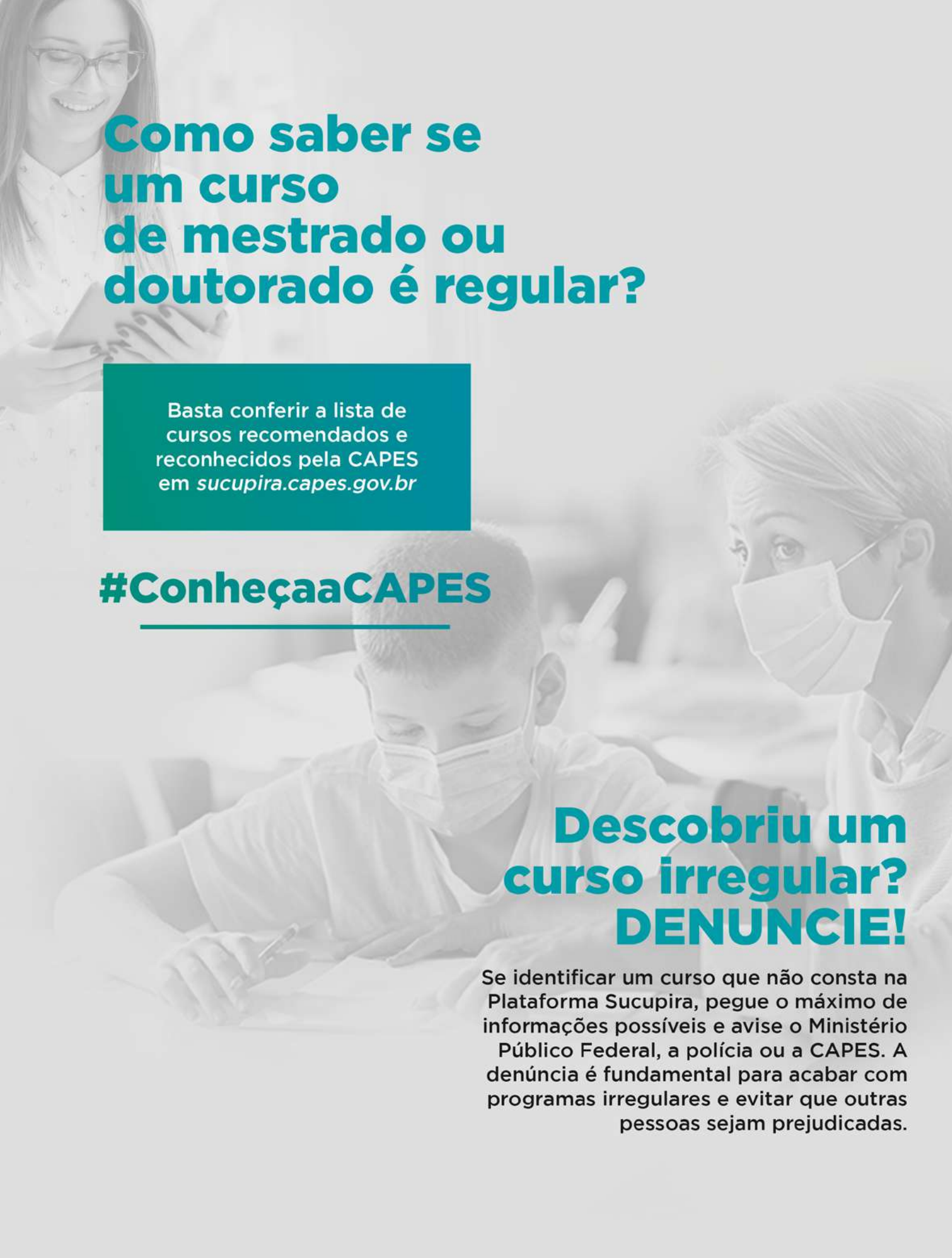
Esse projeto de Química será desempenhado em nível de mestrado e doutorado, conforme argumenta Rogério Teles, pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do IFMA, responsável pela proposta.

Com essas atividades, o grupo vai “proporcionar ao estado do Maranhão conteúdo científico-tecnológico relevante para o seu desenvolvimento integral”, defende Teles.

Engenharias

Outro PPG envolvido na proposta do IFMA é o de Engenharia de Materiais que, como alternativa ao cimento Portland – feito à base de queima de argila e calcário – vai produzir cimentos geopoliméricos, com baixa emissão de CO², elaborado a partir de resíduos de cinzas provenientes de indústrias localizadas na região amazônica.

A equipe vai desenvolver, ainda, mecanismos alternativos para o tratamento de águas residuais da região, além de fabricação de produtos com maior eficiência e baixo custo, usando manufatura aditiva, “por se apresentar mais vantajosa em relação aos processos de fabricação convencionais”, afirma o pró-reitor. Por fim, o PPG em Engenharia Mecânica se propõe a trabalhar o reaproveitamento de diferentes biomassas agrícolas, como palhas de soja, milho e cana, caroços de buriti e açaí, cascas de arroz e babaçu. Teles conta que esses materiais podem servir como “fontes geradoras de energia limpa, empregando processos termoquímicos, os quais podem alavancar um setor da economia responsável pela expansão e geração de empregos em comunidades locais”.



Como saber se um curso de mestrado ou doutorado é regular?

Basta conferir a lista de cursos recomendados e reconhecidos pela CAPES em sucupira.capes.gov.br

#Conheça a CAPES

Descobriu um curso irregular? **DENUNCIE!**

Se identificar um curso que não consta na Plataforma Sucupira, pegue o máximo de informações possíveis e avise o Ministério Público Federal, a polícia ou a CAPES. A denúncia é fundamental para acabar com programas irregulares e evitar que outras pessoas sejam prejudicadas.



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

